Apresentação

Nos primeiros meses do ano, o nível de ocupação nas seis maiores regiões metropolitanas continuou mostrando o crescimento sustentado que o vem caracterizando desde meados de 1999, embora esse movimento ainda não tenha se refletido na queda da taxa de desemprego. A resistência à queda, deste indicador, se deve ao aumento da taxa de participação, a qual vem expressando a maior atratividade que um mercado em expansão apresenta para a oferta de trabalho. Embora não seja possível predizer quando terá fim essa recuperação da taxa de participação (em maio ela encontrava-se ainda cerca de um ponto percentual abaixo da verificada em maio de 1996), pode-se afirmar que, a permanecer o atual quadro, a tendência é no sentido de que os efeitos do maior dinamismo da demanda por trabalho sobre a taxa de desemprego não demorem a ser observados.

Da mesma forma que o ocorrido com o nível de ocupação e a taxa de desemprego, a evolução das duas outras variáveis mais relevantes do nosso mercado de trabalho metropolitano – os rendimentos e a informalidade - não mostrou alterações, relativamente ao padrão do segundo semestre do ano passado. Convém lembrar, contudo, que nesse caso tal padrão apresenta-se de forma desfavorável, já que os rendimentos mantém-se em queda e os postos de trabalho sem carteira assinada continuam a responder pela grande maioria das novas ocupações. A expectativa é que, prosseguindo o crescimento da ocupação, isso se desdobre numa recuperação dos rendimentos no segundo semestre. Já as alternativas para a atual trajetória da informalidade permanecem como a principal incógnita a desafiar a capacidade de análise dos estudiosos e formuladores de políticas.

A seção Opinião dos Atores, tradicionalmente voltada para a abordagem de questões estruturais do mercado de trabalho, trata, neste número, de um problema que, embora secular, só agora começa a ter uma atenção mais ampla, tanto por parte da sociedade civil quanto por parte do governo: a discriminação. Fenômeno de múltiplas facetas, sua superação deve ser encarada como um dos objetivos centrais do processo de constituição de uma sociedade democrática.

O conjunto de contribuições inicia-se com um texto da Prof. Hildete Melo, da Universidade Federal Fluminense, em que a luta das mulheres contra a discriminação é colocada numa perspectiva histórica, logo seguido por uma esclarecedora discussão, trazida pela presidente da ONG Fala Preta!, da questão relativa à introdução do "quesito cor" nos instrumentos de coleta oficiais, uma das principais bandeiras do Movimento Negro, no Brasil.

A Coordenadora de Pesquisas do DIEESE, Solange Sanches, apresenta, na sua contribuição, algumas das informações levantadas em recente pesquisa sobre a situação das trabalhadoras e trabalhadores negros, iniciando uma caracterização numérica do fenômeno da discriminação no mercado de trabalho, quantificação esta que será complementada, posteriormente, ainda neste número, por duas Notas Técnicas.

Em sintonia com a perspectiva dos trabalhadores, segue-se a opinião do setor empresarial, onde o Presidente-executivo e o Diretor-executivo de Recursos Humanos & Staff da Xerox do Brasil, Guilherme Bettencourt e Antonio Carlos Guimarães, deixam claro que uma postura ativamente anti-discriminatória é, não apenas a única correta do ponto de vista democrático, como também aquela que melhor expressa os interesses de uma moderna corporação no mundo globalizado.

Encerrando a Opinião dos Atores, Maria Cecília de Moura Ferreira e Maria Helena Gomes dos Santos, da Assessoria Internacional do Ministério do Trabalho e Emprego, apresentam a concepção e os primeiros resultados do Programa Brasil, Gênero e Raça, principal instrumento do governo federal na luta contra a discriminação, inspirado nos princípios e diretrizes da Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho.

As duas primeiras Notas Técnicas, ambas de autoria de técnicos do IPEA, dão prosseguimento ao tema da seção anterior, trazendo interessantes contribuições metodológicas ao estudo da discriminação de gênero e de raça. Na primeira delas, Ricardo Paes de Barros, Carlos H. Corseuil e Daniel D. Santos estudam a natureza da inserção da mulher no mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo, examinando como as características de gênero se combinam com a estrutura setorial-educacional para compor os diferenciais de remuneração entre mulheres e homens. Na Segunda, Sergei Soares, utilizando-se dos dados da PNAD, traça um quadro realmente impressionante do alcance da discriminação de gênero e de raça no mercado de trabalho brasileiro.

Para finalizar, este número do Boletim encerra-se com uma Nota Técnica que aborda a experiência atualmente em curso no Reino Unido, de transformação do seguro-desemprego em um *voucher* de subsídio ao emprego. De autoria de Rogério N. Costanzi, da Secretaria-executiva do Ministério do Trabalho e Emprego, ela nos mostra uma política que não tem ainda uma avaliação definitiva de seus resultados, mas que desde já serve como estímulo para a busca de intervenções inovadoras, tanto em termos da concepção quanto no que diz respeito ao funcionamento do Sistema Público de Emprego.

Em relação ao Anexo Estatístico, necessário se faz advertir os leitores da mudança verificada nas Tabelas A.3, Movimentação de Mão-de-Obra, já que passou-se a divulgar os dados do CAGED-Módulo I, no lugar do Módulo II, como vinha sendo feito até então. No próximo número serão publicadas as notas técnicas explicativas das diferenças existentes entre essas duas versões do CAGED. Além disso, algumas tabelas tiveram a sua ordem de apresentação modificada, em função de necessidades trazidas pelo nova diagramação.

Por falar em nova diagramação, as últimas palavras desta Apresentação não poderiam deixar de ressaltar a nova proposta gráfica do Boletim. Já no número anterior haviam sido introduzidas várias modificações que, contudo, não alteravam, no fundamental, a concepção original. A partir deste número o Boletim assume uma nova feição, dentro de um conceito que será comum às demais publicações periódicas da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA. Nesse sentido, deve-se registrar que o apoio permanente do Ministério do Trabalho e Emprego tem sido fundamental para que este Boletim prossiga seu esforço de tornar-se uma referência na análise da evolução e na discussão das principais questões relacionadas ao mercado de trabalho brasileiro.

Esperamos que o presente número seja uma demonstração desse propósito, na forma e no conteúdo.